

"Etnografar as mobilizações"

Entrevista com Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares

Victoria Katarina Cardoso Lima¹
Marcilene dos Santos Pena²



Fotos: Acervo das entrevistadoras, 2025.

Foto 1: Pedro em um dos caminhos da UFAM, trecho de floresta que circunda o campus.

Foto 2: Pedro em um dos corredores do IFCHS/UFAM, acompanhado de sua bicicleta.

Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutor em Antropologia Social (UFRGS), mestre em Antropologia Social (UFRGS) e bacharel em Ciências Sociais (UFPA). É integrante do Laboratório de Antropologia da Vida, Ecologia e Política (COLAR).

Nesta entrevista, partindo de vivências pessoais e do interesse pelas histórias da cidade onde cresceu, Pedro nos conta sobre uma trajetória de pesquisa atravessada pela escuta das me-

¹ Doutoranda e mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Licenciada em História pela UFAM. Integra o GESECS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (UFAM). Email: victoria_katarina@hotmail.com

² Mestranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e Especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Email: marcilenesantos84@gmail.com

mórias urbanas e pela valorização dos saberes locais, articulando etnografia, memória ambiental e ecologia política urbana para compreender os efeitos sociais e territoriais das políticas públicas em áreas alagadas.

Pedro compartilha conosco experiências e reflexões sobre ser antropólogo na e da Amazônia. Fala sobre os deslocamentos internos que viveu ao transitar entre Belém e Manaus, sobre as fronteiras invisíveis entre cidades da mesma região e sobre como esses atravessamentos revelam a diversidade de experiências que compõem o que chamamos de “Amazônia” brasileira. Também comenta sobre o papel das universidades públicas - em especial a UFAM - como espaços que devem ser habitados, pesquisados e valorizados, não apenas como instituições, mas como territórios vivos e singulares de produção de conhecimento.

A entrevista integra uma proposta editorial da Wamon que vem reunindo conversas com docentes do próprio PPGAS/UFAM. Com essa entrevista, buscamos reforçar a importância de conhecer os caminhos de formação e atuação de quem faz Antropologia desde a Amazônia, contribuindo para ampliar os horizontes de escuta e reconhecimento mútuo entre aquelas e aqueles que constroem cotidianamente o campo antropológico na região.

Victoria: Professor Pedro, primeiro agradecemos a sua disponibilidade em contribuir para esta edição da revista. De início, sabemos da sua experiência de trabalho nas áreas de antropologia urbana, políticas de saneamento e da relação entre cidade e natureza. Poderia compartilhar um pouco sobre sua trajetória acadêmica de formação e profissional? Como foi seu percurso no mestrado e doutorado e quais experiências marcaram sua formação como antropólogo?

Pedro: Começo falando um pouquinho do meu avô. Porque eu acho que quem despertou

em mim essa curiosidade de saber mais sobre a cidade e de valorizar a memória foi o meu avô. Quando eu era criança, o meu avô me colocava dentro do carro e me levava para passear, às vezes sem um destino definido. A gente ia dirigindo pela cidade, ia conversando, ele ia me contando as histórias, ia falando da juventude dele. Às vezes a gente passava próximo a um lugar e ele contava uma história sobre aquele lugar. Era uma coisa que me fascinava. Como é que a cidade que ele viveu podia ser tão diferente da cidade que eu conhecia enquanto criança, enquanto jovem. Acho que isso foi uma coisa muito importante, porque quando eu entrei na graduação, eu fui fazer um PIBIC³ sobre isso. O professor Flávio Leonel Abreu da Silveira (UFPA), que foi meu orientador, tinha sido orientado no doutorado pela Cornelia Eckert (UFRGS) e pela Ana Luíza Carvalho da Rocha (CAU/RS). Tendo sido orientado por elas, ele me mostrou uma maneira de fazer pesquisa que era justamente ouvir as pessoas mais velhas, ouvir as histórias das pessoas, assim como eu ouvia as histórias do meu avô. Esse foi meu primeiro trabalho e já comecei a pesquisar sobre memória. No TCC⁴, eu escrevi sobre as memórias de antigos taxistas da cidade de Belém. A ideia era mostrar como as transformações na cidade reverberavam em transformações na profissão do taxista e vice-versa. Eles contavam várias histórias, porque o taxista transportava tudo quanto era tipo de gente. E às vezes eles transportavam também pessoas que não estavam mais vivas, as visagens, assombrações, tinham essas histórias. Geralmente, nas histórias era uma mulher que aparecia. Ele pegava aquela pessoa na frente do cemitério, levava até uma residência, aí a pessoa dizia para ele "olha, você vem amanhã e recebe o dinheiro da corrida aqui". Aí quando o taxista voltava no outro dia, tinha a revelação de que aquela pessoa que ele tinha transportado não estava mais viva há muito tempo. São histórias fantásticas. A questão não era saber se era verdade ou se era mentira, mas o que aquela história revelava sobre a profissão, sobre a cidade, sobre a relação

³ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

⁴ Trabalho de Conclusão de Curso.

que esses profissionais tinham com o espaço urbano. Que cidade era essa que viam de dentro do automóvel? Era um ponto de vista muito específico. E aí, sobre esse ponto de vista, uma coisa que me chamava a atenção é que narravam o traçado das ruas da cidade. Belém é a cidade onde vivi a maior parte da minha vida, onde pesquisei na graduação. Eles diziam, “olha, essa rua começava aqui e terminava ali. A outra ia até tal ponto”. Eu perguntava “e depois, o que tinha?” “Não, a cidade acabava ali”. Estavam falando de uma cidade trafegável por automóvel, uma cidade pavimentada, uma cidade onde existia um caminho para um carro passar. Só que chegava a um ponto em que os carros não trafegavam mais. E aí eles falavam isso, “a cidade acabava ali”. Só que isso não era inteiramente verdade, porque a partir dali eram as áreas úmidas, os igarapés, os alagados, onde moravam pessoas. Fiquei com isso na minha cabeça. Esse trabalho de TCC e a orientação que tive possibilitou que eu fosse fazer o mestrado no Rio Grande do Sul. Aí fui orientado pela Cornelia Eckert, que a gente chama carinhosamente de Chica. Quando cheguei lá, ela me vinculou a um projeto de pesquisa, um projeto chamado “Trabalho e Cidade: Antropologia da Memória do Trabalho na Cidade Moderna Contemporânea”, que tratava sobre itinerários de grupos urbanos ligados às suas trajetórias de trabalho. Tinham outras pessoas fazendo pesquisas semelhantes e eu fazia a minha sobre os barbeiros, estudando memória e sociabilidade nas barbearias do centro de Porto Alegre. A ideia era focar nessas transformações do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que isso refletia processos de urbanização, de industrialização, em Porto Alegre. Em 2012 defendi a minha dissertação de mestrado, chamada “Etnografando as barbearias da cidade: um estudo antropológico sobre trabalho e memória no mundo urbano de Porto Alegre (RS)”. No doutorado, quis voltar para a Amazônia. Quis voltar para Belém e responder aquela pergunta que ficou do meu TCC “que cidade é essa que existe para além do asfalto?” E porque também tinha um projeto pessoal de pesquisar na Amazônia e de trabalhar na Amazônia. O Flávio, meu orientador de TCC, dizia para mim, “olha, tu vais, mas tu tens que voltar para trabalhar na Amazônia, pela Amazônia”.

Fiquei com aquilo na minha cabeça e pensei “vou fazer minha pesquisa de doutorado na cidade de Belém”.

Na pesquisa de doutorado, trabalhei com o tema da memória, mas com essa nuance da memória ambiental. Estava trabalhando a memória ambiental dessas áreas alagadas, inundáveis, as margens dos igarapés, as áreas de palafitas. Essa memória ambiental estava também balizada por políticas públicas de saneamento, que entraram nessas áreas, que produziram mudanças na paisagem, nos modos de vida e que estavam gerando um certo impacto ali, porque algumas dessas áreas foram urbanizadas. Aliás, no papel estavam urbanizadas, mas continuavam sofrendo com os mesmos problemas de assentamentos precários. O projeto passava, pavimentava as vias, instalava uma rede de abastecimento de água e uma rede de coleta de esgoto rudimentar. O esgoto nesse projeto era conectado diretamente com o igarapé que se transformou depois em um canal. Aqui em Manaus chamam de rip-rap⁵, esses igarapés que sofrem intervenção. Lá em Belém o termo que se usa é canal. Os igarapés viraram canais, alguns tiveram seus taludes⁶, suas margens, revestidas de concreto e em outros foi plantado grama. Houve essa transformação, alguns bairros se valorizaram e as pessoas investiram nos seus imóveis. Mas quando começou a chover, depois da conclusão do projeto, os canais transbordaram. E isso colocava em risco todo o investimento feito. “Eu tenho o esgotamento sanitário da minha casa, mas como é que vou dar a descarga, se o vaso sanitário está submerso? Como é que vou ligar a torneira da minha cozinha, se a água do canal suja, de esgoto, está dentro da minha cozinha?” Os moradores de várias áreas começaram a sofrer com esses im-

⁵ Em Manaus, o rip-rap é uma técnica usada para evitar a erosão das margens dos igarapés, especialmente durante o período de chuvas e enchentes. Consiste na construção de barreiras com sacos de areia e cimento, que endurecem quando molhados e formam uma espécie de muro resistente. Muitos moradores da cidade vivem próximos a igarapés, muitas vezes em áreas de risco, onde essa técnica é utilizada para proteger o solo e as moradias. O uso do rip-rap é uma prática comum em diversas comunidades urbanas que enfrentam os impactos das cheias.

⁶ Taludes são inclinações ou rampas formadas naturalmente ou por intervenção humana, geralmente encontradas em encostas, barrancos, margens de rios, igarapés ou valas. Eles funcionam como a “parede inclinada” de um terreno. Quando falamos de contenção de taludes, como no caso do rip-rap, estamos nos referindo a evitar que essa inclinação desmorone ou sofra erosão, especialmente com a ação da água da chuva ou das cheias.

pactos negativos do projeto. Era uma pesquisa sobre a memória e sobre a relação entre cidade e água, a partir do ponto de vista dos moradores. Mas se torna também uma pesquisa sobre mobilizações sociais e sobre políticas públicas.

No meio do doutorado, fiz aquilo que a gente chama aqui de doutorado sanduíche. Passei um ano na Universidade da Georgia (UGA) e lá trabalhei com o professor Donald Nelson, que era líder de um laboratório de antropologia ambiental, o HECL (Humans and Environmental Change Laboratory). Enriqueci a pesquisa com as referências, com a infraestrutura da universidade e com o diálogo com os colegas. E uma coisa que me falavam constantemente lá, era que meu trabalho era uma “ecologia política urbana”. Porque acho que para eles, os colegas da pós, não pro Donald Nelson, fazer Antropologia implicava sair do seu país. Era essa a experiência deles com Antropologia. Como eu fazia pesquisa na minha própria cidade, fazia algo mais próximo do que os geógrafos urbanos faziam. Mas não achei isso ruim, muito pelo contrário, pensei “acho que posso trabalhar a partir disso também”. Porque a ecologia política urbana vai falar justamente dessa relação, desse metabolismo entre cidade e natureza, principalmente com a água. Fala desses arranjos entre cidade e natureza, da distribuição e produção dos impactos e do acesso a recursos, sobre vulnerabilidade enquanto acesso aos poderes públicos nos momentos de crise, sobre desastres e sobre política pública também. Então, a ecologia política clássica, lá do início, tinha uma influência muito grande do marxismo. Porque até essa ideia de “ecologia política” para mim aparece como uma espécie de trocadilho de “economia política”. Mas os estudos mais recentes vêm incorporando outros elementos dentro dessa crítica. Dialogando muito mais com os estudos de técnica e ciência, pensando nessas clivagens de classe, mas também de gênero, raça, geração e etnia. Penso que é o que faço, a ecologia política urbana. Não reivindico assim “ah, eu sou antropólogo”. Não, faço ecologia política urbana. Na verdade, é um estilo de texto, é uma comunidade, é uma forma de se relacionar com a pesquisa e escrever sobre aquilo em que está imerso. Sou antropólogo e faço

ecologia política urbana.

Quando terminei o doutorado, fui trabalhar em um programa de extensão da UFPA, chamado PARU (Programa de Apoio à Reforma Urbana). No PARU, fazíamos um trabalho de assessoria e capacitação de movimentos sociais de áreas atingidas por grandes projetos urbanos, que nem aquele em que tinha trabalhado na tese de doutorado. Na tese, estabeleci uma relação com os movimentos da área. Continuei minha formação depois do doutorado; a gente nunca para na verdade. Continuei fazendo aquilo que fazia, mas agora com um amparo institucional, de estar dentro de um programa de extensão, dentro de uma rede e de atuar a partir dela. O PARU era um projeto que existia na Universidade Federal do Pará há 30 anos e teve um papel muito importante no processo de regularização fundiária dos lotes dos moradores que ocuparam terrenos da Universidade Federal do Pará, no bairro da Terra Firme. O processo de ocupação do entorno da universidade foi muito parecido com o que aconteceu aqui na UFAM, no bairro do Coroadó. A universidade sempre diz assim: "nós demos a terra, nós conferimos o título", mas na verdade isso que a universidade diz que dá é resultado de muita luta dos movimentos dessas áreas. E o PARU teve um papel muito importante nesse processo lá em Belém.

Marcilene: Em sua tese intitulada **"Memória Ambiental da Bacia do Una: estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém, no Pará"**, mobiliza o elemento teórico-conceitual da **"memória ambiental"**, traçando um diálogo com teóricos que trabalham com o conceito de memória. Poderia comentar sobre esse conceito e se atualmente essa categoria ainda contribui para o desenvolvimento das suas pesquisas?

Pedro: A memória ambiental pode ser lida de quatro maneiras. A primeira, estou pensando

a memória ambiental enquanto um dos possíveis enquadramentos da memória. Estou recorrendo a um autor chamado Maurice Halbwachs, que tem influência durkheimiana e, até por isso, esses enquadramentos sociais da memória têm a ver com as instituições dentro das quais os sujeitos estão inseridos, a partir das quais as memórias individuais são construídas. Por exemplo: meu pai sempre me contava uma história da primeira vez em que o chamei de pai. De tanto contar essa história e descrever a cena de quando isso aconteceu, me lembro disso como se estivesse lá. Mas não tenho como ter essa lembrança, porque era muito pequeno, uma criança. Essas memórias, individuais e coletivas, se confundem. No caso, a instituição que está em jogo é a família, mas pode ser o bairro, o partido político, a associação de moradores, o local de trabalho, a comunidade. Pode ser qualquer grupo do qual se participa, onde essas memórias são produzidas dessa forma. Ao mesmo tempo em que a memória coletiva é um conjunto, é uma espécie de soma das memórias individuais. Assim, a memória ambiental como um dos enquadramentos possíveis da memória coletiva. Uma segunda forma de pensar a memória ambiental é começando a partir da categoria de ambientalização, de José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional/RJ). José Lopes examina esse processo de ambientalização como uma mudança nas subjetividades individuais e nas práticas de governo e como começamos a olhar a questão ambiental e a traduzir questões sociais em termos de problemáticas ambientais. Isso, às vezes, até se torna mais palatável em determinados contextos. Nós não falamos mais de conflitos de classes, falamos sobre as mudanças climáticas. É uma linguagem ambientalizada que se reflete nas práticas de governo, nas práticas das empresas e também nas subjetividades das pessoas que acabam vendo a ambientalização e que se torna uma espécie de moralidade também. Então, se você separa o seu lixo, é uma pessoa okay, uma pessoa confiável, uma pessoa de caráter. Se não, “nossa, a pessoa não separa o lixo, a pessoa jogou lixo no chão, tá poluindo o igarapé”. Tem essa dimensão também, uma linguagem a partir da qual fazemos leituras do social, leituras que não fazíamos antes pois operávamos a partir de outras categorias. O

terceiro modo surge na memória ambiental em diálogo com Gilbert Durand, que diz que a memória ambiental se constitui na confluência entre gestos funcionais que fazem parte da humanidade enquanto espécie, a partir do engajamento dos seres humanos com o ambiente técnico, que já é resultado também da ação humana. Gilbert Durand, à sua própria maneira, tentou superar essa antinomia entre natureza e cultura. E fala que a partir dessa confluência entre gestos funcionais e ambiente, emergem as imagens simbólicas que orientam a existência humana no mundo. Para ele, a memória ambiental é entendida como memória humana por excelência, mas remete aos processos a partir dos quais os seres humanos se constituem em humanos, simultaneamente enquanto espécie e enquanto condição. O quarto modo é pensar também nos elementos, nos existentes, por exemplo um rio, enquanto um ente que tem memória. Por exemplo, não sei se vocês já viram, às vezes a gente tá andando na rua e vê que uma parte do concreto, da pavimentação, desaba. Aí você olha lá embaixo, o que tem ali? É uma galeria subterrânea onde provavelmente existia um rio ou um igarapé que foi coberto no processo de urbanização do bairro. O centro de Manaus é todo assim, é todo cheio de igarapés. E as pessoas acham que o Igarapé não existe mais. Mas ele está lá, ressurgue, reaparece e chama a atenção. Nem que seja com uma inundação, nem que seja com um alagamento. Esses fenômenos, podem ser lidos como uma espécie de agressividade hidrológica, mas é também a manifestação da memória daquele corpo d'água, que está ali e que as pessoas não estavam se dando conta da existência dele, não se lembravam. E ele fala "não, eu tô aqui!" Dei esse exemplo sobre os igarapés de Manaus, que às vezes reaparecem e chamam a atenção sobre a sua duração e sobre a sua existência, mesmo que em condições precárias. Mas tem uma série de outros elementos ali que conformam essa paisagem que também remetem a esses espaços fantásticos. Quando falo de espaço fantástico, estou falando de espaços que existem na memória. Quando você conversa com uma pessoa mais velha, que mora muito tempo no bairro, ela vai te mostrar um lugar diferente. Vai dizer "olha, aqui passava um igarapé, aqui tinha um buritizal, ali ficava a

casa de uma outra pessoa...”. Quando ela olha aquele bairro como é hoje, vê o bairro como é hoje, mas vê também aquela paisagem fantástica, aquele espaço fantástico, que existe na memória. Essa memória está aderida à paisagem fazendo parte da paisagem. Essas temporalidades se sobrepõem. Por exemplo, quando você olha o jacaré nos igarapés de Manaus, que era uma coisa que eu estava observando, cheguei a apresentar um trabalho e escrever um pouco sobre isso - os jacarés evocam também esse tempo. Lévi-Strauss diz que os animais são bons para pensar. Mas os animais são bons para lembrar também, já que evocam essa cidade que não existe mais e esse igarapé que não existe mais, mas existe.

Quando a gente faz uma pesquisa sobre memória ambiental, a gente está incluindo o quê? Em primeiro lugar, incluí as narrativas dos habitantes da cidade. Narrativas de migração, de chegada, de conquista, de formação desses territórios, que são os bairros, que são partes dos bairros, territórios dentro de bairros, essa relação com a natureza, com os animais, com a mata e com os igarapés. Isso vem dentro desse processo, que faz parte do processo de urbanização, mas que a gente vê a partir dessa perspectiva de quem estava chegando, de quem colocou em prática esse “fazer cidade”, a partir do seu trabalho e da sua presença. Inclui também as narrativas literárias, as crônicas, os contos, passagens de memorialistas, de intelectuais que falaram sobre aquele tema, sobre a cidade, a água, os fragmentos florestais. Inclui também os documentos, inclusive aqueles documentos que se dizem técnicos como os planos e os projetos. Inclui também os acervos públicos da cidade, de imagens da cidade, fotos antigas, gravuras e mapas e incluí também os acervos das famílias. No caso da minha pesquisa de campo, tinham dois tipos de acervo: os acervos públicos e os acervos pessoais, que eram as imagens que circulavam dentro de uma rede. Essas imagens eram as fotos das inundações. A pessoa dentro de casa, produzia um registro fotográfico das águas invadindo o seu local de moradia. Isso é uma perspectiva muito diferente, por exemplo, de um jornalista que vai até uma área que está inundada e tira uma foto de uma determinada posição, e aí

você vê a corporalidade do fotógrafo aparecendo na foto, produzindo uma perspectiva específica. Essas fotos das inundações eram fotos que circulavam dentro de uma rede e que depois integravam documentos, denúncias apresentadas aos órgãos do sistema de justiça e nos abaixo-assinados. Eram imagens muito importantes, que circulavam bastante e que chegaram até mim. E as fotos do bairro também, os acervos das famílias em que aparece o bairro como ele era no passado. Por exemplo, antes, durante e depois da intervenção. Falei sobre a política pública que transformou as paisagens hídricas da cidade, então na época tinha gente tirando foto da obra passando na frente da sua casa. Com essas imagens você também muda a perspectiva em que se olha esse processo de urbanização.

Entram também, no que inclui a pesquisa sobre memória ambiental, as narrativas imagéticas e textuais produzidas pelo próprio pesquisador. Então, a minha própria tese já é memória ambiental. E tudo isso faz parte desse acervo etnológico da relação entre cidade e água. Tudo isso é imagem. As imagens textuais e as imagens visuais e imagens sonoras, para quem trabalha com antropologia do som. Quando falo de imagem, é porque faz parte do imaginário, que é uma outra categoria do Gilbert Durand, também. Esse grande repositório de imagens, do passado, presente, as imagens vividas e as imagens sonhadas.

Marcilene: Tem outras influências teóricas e metodológicas que estão orientando o seu trabalho atualmente? Como essas referências impactam suas pesquisas e a forma de compreender a antropologia?

Pedro: A minha formação foi em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Pará. As minhas influências teóricas vão, por exemplo, desde Marx. Fiz as pazes com Marx quando eu trabalhei no Serviço Social, no PARU. Nas Ciências Sociais, às vezes a gente tem uma leitura meio

enviesada e preconceituosa do Marx. No Serviço Social, acho que eles fazem uma leitura mais criteriosa, mais aprofundada do Marx e dos críticos do Marx. Essas ideias de “o Marx é dualista, o Marx é evolucionista...”, essas coisas que a gente aprende nas Ciências Sociais, não concordo muito. Eu meio que reabilitei o Marx na minha vida, gosto do Marx. Passo pelo Michael Taussig e estou lendo algumas autoras - eu nunca paro de estudar na verdade - a Elizabeth Povinelli, a Deborah Bird Rose, Vincianne Despret. Gente com quem estou tentando pensar junto. Agora, no trabalho de doutorado tem uma influência que acho importante que é do projeto que Ana Luiza Carvalho da Rocha, que ela coordenava lá em Porto Alegre, que se chama “Habitantes do arroio: memórias das águas urbanas”. Esse trabalho sobre memória ambiental e esse cuidado com o conceito de memória ambiental, vem desse projeto. Elas fizeram uma pesquisa sobre os usos e os conflitos ligados às águas de uma bacia hidrográfica em Porto Alegre. Uma bacia que sofreu intervenção, que tem áreas negligenciadas, que passa por várias partes da cidade, desde o centro até as áreas de classe média, chegando até áreas mais pobres. E o que acho legal nesse projeto é que lida com uma unidade de análise diferente, que é a bacia hidrográfica. Pode chamar de bacia, pode chamar de sub bacia. E isso, dentro da comunidade interpretativa da antropologia urbana, é uma coisa diferente, porque as unidades de análise mais comuns, são essa coisa do bairro, do pedaço... Por exemplo, o bairro, é uma divisão político-administrativa da cidade. Mas para as pessoas que vivem ali, às vezes essa divisão não faz sentido. Às vezes a pessoa acha que o bairro começa ali, ou então existem bairros em Manaus que nem são bairros, sabe? Às vezes pode fazer sentido, mas às vezes não faz. Mas aí você tem também como referencial o elemento terra: você pensa que o território é definido a partir da terra, a partir daquela raiz etimológica: “terra é território”. Mas o território pode ser pensado a partir da água. Como você pensa esse sistema - porque é um sistema. É um olhar sistêmico sobre a cidade na relação com seus corpos d’água que se conectam, que conectam pessoas, conectam matéria e conectam histórias. Acho interessante pensar a cidade a partir

das bacias que também são, alguns casos também, unidades do planejamento urbano. Às vezes o planejamento urbano divide a cidade por bacias e microbacias. Isso também é uma oportunidade de pensar políticas públicas, tendo como referência a água. E tem uma outra coisa, porque quando você traz a memória para pensar as bacias, você também se liberta de alguns pressupostos que enganam o olhar. Se estou pensando em memória e água, posso estar considerando a existência de um curso d'água que passava aqui, que não estou vendo mais e que foi aterrado e coberto, mas que está ali. A gente está pensando também nesses outros elementos, nessas outras existências também, partindo de um outro referencial.

Acho que além dos autores acadêmicos, uma coisa que tem me ajudado muito hoje em dia é a literatura. E a literatura foi uma coisa que me ajudou muito lá no início também. Porque lembro da primeira vez que li "Cem Anos de Solidão" e vi aquela coisa do realismo mágico... A literatura tem uma potência de mostrar as coisas por si próprias. Sem tentar interpretar, sem fazer discurso sobre. As coisas simplesmente são. E tive contato, pela primeira vez, com o realismo mágico, partindo do Gabriel Garcia Marques, Alejo Carpentier, do Miguel Ángel Asturias, o próprio Jorge Luís Borges e Silvina Ocampo, eles possuem uma coisa de focar ou de mostrar o transcendental no cotidiano. É uma relação muito diferente, por exemplo, do que acontece no surrealismo, onde a chave de interpretação da realidade está em um outro estado de consciência. Não, para eles estava no cotidiano. E eles estão descrevendo isso, com uma naturalidade absurda. E pensei nisso: "acho que a única ciência que me dá oportunidade de fazer isso talvez seja a Antropologia". Não quero ser injusto com as outras, mas a Antropologia oferece essa possibilidade de a gente criar e identificar o fantástico e o maravilhoso, como parte daquilo que as pessoas vivem e acho isso muito bacana. Tem também uma autora que gosto muito que é a Scholastique Mukasonga. E uma coisa que me chama atenção é que todas as obras dela são, de alguma forma, autobiográficas. Ela

é ruandesa e fala sobre conflitos em Ruanda⁷, conta a história da mãe dela, fala da formação que teve. Ela é assistente social duas vezes, já que se formou em Uganda⁸ uma vez, foi para a França e não conseguiu revalidar o diploma lá e cursou de novo Serviço Social na França. O último livro dela, “Kibogo subiu ao céu”, fala sobre a relação do cristianismo com os ruandeses. E escreve sobre questões tão difíceis de uma maneira, não vou dizer leve - porque não existe uma forma leve de lidar com genocídio e etnocídio - mas de uma forma certa e sensível, lidando também com a memória de uma maneira muito sutil. Quando ela fala, é interessante que aquilo ali não é a fala dela, a memória não está problematizada. Mas penso que às vezes a gente tem que problematizar a memória porque a memória individual e coletiva é um problema para nós no ocidente. A oposição indivíduo-sociedade é um problema para nós. E a gente entende isso em uma passagem do livro dela, que é o “Baratas”, onde a família dela consegue tirá-la do país, basicamente dizendo “olha, você vai, porque você é a única pessoa que tem condições de contar a nossa história”, ela era a única que sabia escrever e que tinha oportunidade de ter uma educação formal. A literatura para mim é capaz de trazer mais verdade que as teorias. Embora as teorias também sejam construídas a partir de experiências, a partir das histórias das pessoas. Sempre digo para os alunos “Leiam literatura! Se quiserem escrever uma boa etnografia, leiam literatura”.

Victoria: O que está lendo agora de literatura?

Pedro: Fiz um “*top five*” dos meus livros no ano passado. Em primeiro lugar está “Temporada de Furacões”, da Fernanda Melchor, que é uma mexicana. Em segundo lugar está “Tese sobre uma domesticação”, da Camila Sosa Villada, que é argentina. E em terceiro lugar tá “Kibogo

⁷ País da África oriental.

⁸ País da África oriental, vizinho a Ruanda.

subiu ao céu”, da Scholastique Mukasonga. Em quarto “O Pomar das Almas Perdidas”, da Nadifa Mohamed, ela é uma autora somali. E em quinto “Atos Humanos” da Han Kang, que é sul-coreana. Recentemente terminei o último, que foi “Mata Doce” da Luciany Aparecida. Ela não diz com todas as palavras, mas é a história de pessoas dentro de um território quilombola. Também fala sobre memória e sobre conflito. Estou terminando de ler o “Pedro Páramo” de Juan Rulfo, que é considerado um dos fundadores do realismo mágico latino-americano.

Victoria: Na introdução da sua tese, é relatado um episódio em que a Prefeitura de Belém agendou uma audiência pública com os moradores da Baixada do Marco, em que moradores da Bacia do Una, território que já havia passado por uma obra de reforma urbana similar à macrodrenagem, também estiveram presentes nessa audiência para apoiar e dialogar com os habitantes de outra bacia hidrográfica de Belém, que é a bacia do Tucunduba. O local onde seria realizada a audiência ficou completamente lotado, mas nenhum representante da Prefeitura de Belém nem da Secretaria de Saneamento compareceu. Diante disto, na sua visão, qual o papel da Antropologia em contextos de conflitos e tensões sociais que ocorrem fora da academia? Atualmente está envolvido em projetos que dialogam diretamente com comunidades, movimentos sociais ou políticas públicas?

Pedro: Aí está a principal diferença entre as antropologias imperiais e as antropologias nacionais: em primeiro lugar o nosso papel nesses contextos é etnografar as mobilizações. É importante fazer isso, porque acredito que durante muito tempo os movimentos sociais, as mobilizações sociais foram pensadas enquanto objetos de pesquisa da Sociologia e da Ciência Política. A etnografia das mobilizações é uma coisa importante e que nos traz também questões éticas em que precisamos pensar: até que ponto você expõe o outro, até que ponto você mostra as estratégias do

outro e até que ponto você pode revelar a identidade das pessoas que estão ali. São questões éticas que precisamos prestar atenção.

Mas voltando para a diferença entre antropologias nacionais e antropologias imperiais, isso é uma distinção que encontrei no trabalho da Teresa Caldeira (University of California). Ela reflete um pouco sobre essa relação entre sujeito e objeto, que no caso das Antropologias nacionais, não faz muito sentido. Quer dizer, a alteridade é uma coisa que a gente constrói no campo, mas não é algo que existe a priori. Às vezes sim, mas não necessariamente. Ela vai dizer que nas Antropologias nacionais têm pesquisadores e pesquisadoras que estão engajados no seu universo de pesquisa. Que fazem pesquisa na sua sociedade, na sua cidade, no seu bairro. Isso é uma relação diferente do antropólogo, das Antropologias imperiais, que sai da metrópole e vai estudar as colônias, embora essas relações de poder estejam presentes também na cidade e nas Antropologias nacionais. Mas é uma relação diferente porque a política faz parte do nosso trabalho. Estamos imersos há mais tempo e em mais profundidade no nosso campo. Não temos como ignorar, principalmente, quando somos demandados também pelos sujeitos de pesquisa.

Penso que essa é, também, uma das dimensões do “ser afetado”: é o “ser demandado”. No meu caso, e não é que os membros desse coletivo que acompanhei, Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una, me demandassem o que minha pesquisa iria trazer para eles. Não é que quisessem um resultado tangível e palpável da minha pesquisa, não era essa a questão. Mas queriam que eu estivesse junto com eles e isso foi também parte das estratégias da pesquisa: acompanhar o movimento. E quando a gente está nos eventos, quando olhamos, por exemplo, um evento como esse que vocês mencionaram, quando as pessoas são desrespeitadas pelo poder público e resolvem protestar, também estamos fazendo etnografia e uma análise de situação social, porque o evento também mostra a estrutura das relações sociais e as problemáticas em torno daquele universo. Por isso achei interessante colocar isso logo no início do trabalho. E também é uma estratégia

literária para prender a atenção do leitor, ao invés de começar com a teoria com a linguagem de projeto. Aprendi no PARU, no Serviço Social, que a gente pode trabalhar pesquisa e extensão de forma conjunta. Quando fui para o PARU, nós continuamos acompanhando essas mobilizações e fazíamos ações de extensão junto aos movimentos. O acompanhamento da mobilização, a ação de extensão, gerava dados de pesquisa. A gente produzia relatório, a gente produzia memória e a gente produzia esses dados também para os movimentos que vão também montando um acervo, um acervo de imagens, de textos, a gente vai também historiando a relação com eles e a relação deles com a cidade e também a relação deles com a questão para a qual eles estão chamando atenção, a partir da qual eles estão se mobilizando. Isso é memória também. Não é só o que aconteceu há muito tempo, é também o que aconteceu ontem.

Atualmente, tenho acompanhado um grupo que é o Fórum das Águas do Amazonas. O Fórum das Águas tem todo um trabalho de incidência política, um trabalho formativo também, junto a comunidades de áreas impactadas, por exemplo, com a falta de água e por cobranças abusivas da empresa concessionária de água. O fórum realiza também um trabalho de crítica a esse modelo de concessão privada de água e esgoto. Tenho acompanhado as ações do fórum e recentemente submeti um projeto de extensão, justamente para continuar fazendo esse acompanhamento, que também é um trabalho de pesquisa. Porque essa dimensão da mobilização, para mim, não se desvincta da memória e da relação da cidade com a água. É importante continuarmos trabalhando juntos, fazendo oficinas sobre o direito à água, produzindo dados sobre a situação da água e do saneamento a partir do diálogo com as comunidades, organizando eventos, registrando atos públicos e as ações do coletivo como, por exemplo, a tribuna das águas que acontece sempre na Praça da Polícia, no centro de Manaus. Na tribuna, o microfone fica aberto e os coletivos e entidades, que fazem parte do fórum, vão lá se manifestar; às vezes pessoas da comunidade vão lá falar. Há esse trabalho de incidência política, de contrainformação e de formação também, a partir das oficinas

e de projetos de extensão.

Marcilene: Já que és um antropólogo e pesquisador, mas também está atuando junto ao Fórum das Águas do Amazonas, de modo bastante pontual, como contribui dentro deste movimento?

Pedro: O meu projeto é um projeto de assessoria técnica e acadêmica. Isso inclui dialogar, escrever textos, apresentar resultados de pesquisa, participar das oficinas sobre o direito à água, organizar eventos para discutir a situação do saneamento em Manaus, levando resultados de pesquisa e reflexão. Há a elaboração de documentos, como a gente já fez, por exemplo, a elaboração de cartas, de denúncia e de registro das ações do movimento. Que isso possa fazer parte de um grande repositório, um grande acervo etnológico da relação entre a cidade e a água. O nosso trabalho também é importante porque também produz contrainformação. Contra o que? Contra os dados oficiais divulgados pela prefeitura e pela empresa concessionária de água e esgoto. A empresa diz que o abastecimento de água está perto da universalização em Manaus. Os nossos dados, a partir do trabalho de campo e do diálogo com as pessoas nas comunidades dizem o contrário. Ter as infraestruturas de água instaladas não quer dizer que elas funcionem e não significa que a água levada às famílias é de qualidade. Acho que o principal é isso: assessoria e apoio. Porque no fim das contas, os movimentos têm os seus próprios intelectuais. Eles não precisam tanto da gente quanto a gente pensa. Nós não vamos ensinar nada, nós vamos dialogar, fazer uma troca. O que importa é que nós estejamos presentes.

Marcilene: Como você enxerga o ensino da antropologia aqui na UFAM e o papel do PPGAS na formação de novas antropólogas e antropólogos no contexto amazônico? Quais

são os desafios e aprendizados que surgem nesse processo de orientação e nas colaborações acadêmicas?

Pedro: Para mim, o PPGAS é uma oportunidade de reconhecimento na Amazônia e a partir da Amazônia. O PPGAS é um espaço criativo, é um espaço de experimentação. Onde a gente está aberto a outras epistemologias, ao mesmo tempo em que a gente não abre mão da qualidade dos trabalhos. Esse é o desafio da orientação, porque sem isso, a antropologia não é antropologia. Como vou aproveitar, tirar o melhor das pessoas e o que elas têm a oferecer da melhor forma? Vejo o PPGAS dessa maneira, como um espaço privilegiado. Acho que o PPGAS da UFAM é um lugar muito especial nesse sentido, porque é um lugar onde muitos mundos se encontram. E isso enriquece muito a experiência de todos. Mas acho que o desafio é esse: conseguir aproveitar o que as pessoas têm a oferecer, tirar o melhor delas e ainda assim criar um ambiente inclusivo, acolhedor, confortável para todo mundo. Me preocupo muito com a saúde mental na Pós-graduação e isso é um problema generalizado no ambiente acadêmico no Brasil e em outros países. Há muita gente escrevendo sobre esse "mal-estar" na Pós-graduação. Acho que a gente se acostumou com a ideia de que para fazer um trabalho de qualidade você precisa sofrer. Eu acho que não. Existe uma dor decorrente do processo criativo, mas isso não precisa virar sofrimento. Mas quando nós, enquanto corpo docente ou orientadores, conseguimos olhar as pessoas dentro das suas necessidades e potencialidades, o melhor delas pode então fluir naturalmente. O PPGAS da UFAM possibilita esse exercício.

Victoria: Notamos que és um dos poucos professores do PPGAS que são daqui da Amazônia e que teve suas experiências de pesquisa em Belém. Como é ser antropólogo, trabalhar e pesquisar na Amazônia a partir desse espaço de Manaus e desse contexto urbano?

Como tem sido essa experiência de ser professor antropólogo sendo da Amazônia, estando aqui, escolhendo estar aqui?

Pedro: Às vezes, me sinto tão estrangeiro quanto um sudestino. Após as expectativas sobre as similaridades presentes entre Belém e Manaus, na verdade, vi que, apesar de terem muito em comum, são totalmente diferentes. Mas isso abre possibilidade também para pensarmos nessa diversidade do que é a Amazônia e, principalmente, a Amazônia urbana. Acho muito interessante, porque quando vou para Belém, quando vou para a UFPA, tem os eventos de “Antropologia na Amazônia” e só tem gente de lá. Aí quando estou aqui, só tem gente daqui também. Por mais que todos sejamos Amazônia e tenhamos experiências que se cruzam, são experiências muito específicas também e dialogamos pouco. Às vezes, é mais fácil a gente viajar para o Sudeste ou citar um autor de uma outra região, de um outro país, do que dialogar com os nossos pares que estão aqui do lado. Essa é uma das oportunidades que estar aqui me traz: de investir em um diálogo mais horizontal com a UFPA, com as universidades de outros estados do norte do Brasil, pois acho que precisamos disso e nos fortalecemos assim.

Achei muito bacana um evento em que estive da professora Violeta Refkalefsky Loureiro (UFPA), porque ela tem um estilo criativo e de reflexão que me lembra muito a Marilene Correia (UFAM). Vemos que as pessoas são muito parecidas, têm visões muito parecidas, sotaques parecidos e até um jeitão meio parecido. Porque tiveram sua formação no mesmo momento histórico, dentro de uma paisagem epistêmica comum, no sentido acadêmico, mas também com a sua bagagem local, amazonizando as Ciências Sociais a partir de lugares bem diferentes. São experiências muito diversas, mas que se complementam, porque construídas desde a Amazônia. Acho isso muito bacana e nunca podemos perder isso de vista, como um processo contínuo.

Uma coisa também que me fascina é a própria UFAM: a estrutura da UFAM e o lugar onde

a UFAM está inserida. Estamos dentro de um dos maiores fragmentos de floresta urbana do mundo e o maior do Brasil, com a maior biodiversidade do mundo dentro de um fragmento florestal em área urbana. É claro que a história da UFAM, de se estabelecer nesse lugar onde está hoje, é marcada por episódios de violência e repressão, sobretudo contra os moradores do bairro do Coroado, quando começaram a ocupar as bordas do que eram os lotes da antiga Universidade do Amazonas. Mas isso não significa que não vamos lutar por essa universidade hoje. Essa história, por mais que às vezes triste e violenta, também é uma riqueza e precisamos contá-la, porque reflete uma história da cidade, da região e do Brasil. Isso é uma riqueza também, e além da gente explorar a nossa cidade enquanto campo de pesquisa, a gente tem que valorizar a UFAM, enquanto local de trabalho e campo de pesquisa. A gente precisa ocupar e valorizar a universidade. Vejo que a universidade está muito esvaziada porque muitos alunos e professores não a ocupam. Isso reflete também problemas de infraestrutura, as pessoas precisam ter um conforto mínimo para querer estar no seu local de trabalho. Entendo também que muitas pessoas preferem trabalhar em outros lugares, ou na sua casa, mas acho muito importante a gente valorizar, a gente ocupar a universidade. Estou sempre aqui na UFAM e aqui é um lugar onde, com certeza, me sinto em casa.

Nota bibliográfica

As referências de obras mencionadas ao longo da entrevista foram confirmadas com o entrevistado. Considerando o caráter oral do gênero entrevista, optamos por não empregar o modelo tradicional de citação, mas por apresentar a bibliografia integralmente ao término do texto.

Referências

APARECIDA, Luciany. **Mata Doce**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2023.

DEVOS, Rafael Victorino.; SOARES, Ana Paula Marcante; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Habitantes do Arroio: estudo de conflitos de uso de águas urbanas, risco, saúde pública e comunidade étnicas em Porto Alegre-RS. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 51-64, jul./dez. 2010.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/17596/13505>. Acesso em 29 de agosto de 2025.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HALBWCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1990.

KANG, Han. **Atos Humanos**. São Paulo: Todavia, 2021.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

LOPES, José Sérgio Leite (Coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SOLVA, Gláucia (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MELCHOR, Fernanda. **Temporada de furacões**. São Paulo: Mundaréu, 2020.

MOHAMED, Nadifa. **O Pomar das Almas Perdidas**. São Paulo: Tordesilhas, 2021.

MUKASONGA, Scholastique. **Baratas**. São Paulo: Editora Nós, 2018.

MUKASONGA, Scholastique. **Kibogo subiu ao céu**. Rio de Janeiro: Editora Nós, 2023.

RULFO, Juan. **Pedro Páramo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo. **Etnografando as barbearias da cidade: um estudo antropológico sobre o trabalho e memória no mundo urbano de Porto Alegre (RS)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/54087>. Acesso em 30 de agosto de 2025.

SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo. **Memória ambiental na bacia do Una: Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/207184>. Acesso em 30 de agosto de 2025.

VILLADA, Camila Sosa. **Tese sobre uma domesticação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.